



A participação popular nas emissoras comunitárias de rádio instaladas nos municípios do Médio Vale do Itajaí/SC¹

Everton DAROLT²

Clóvis REIS³

Felipe HAMMES⁴

Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR
Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC

Resumo

O presente trabalho propõe um estudo sobre as formas de participação popular nas emissoras comunitárias de rádio instaladas nos municípios da região do Médio Vale do Itajaí (SC). O objetivo desta pesquisa é, à luz da legislação que instituiu a radiodifusão comunitária no Brasil e das reflexões teóricas sobre a comunicação nos movimentos populares, analisar o relacionamento das emissoras com as comunidades nas quais se inserem, enfocando aspectos como os modelos de gestão e de financiamento, a equipe de trabalho e a grade de programação. A amostra do trabalho reuniu as emissoras dos municípios de Apiúna, Acurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

PALAVRAS-CHAVE: Rádio; Rádio comunitária; Radiodifusão comunitária; Participação; Programação.

Introdução

O serviço de radiodifusão comunitária foi instituído pela Lei 9.612, de fevereiro de 1998, e sua regulamentação ocorreu com o Decreto 2.615, de junho do mesmo ano (ANATEL, 2008). A finalidade desse novo sistema de comunicação é o atendimento à comunidade, visando:

- Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

¹ Trabalho apresentado no DT 4 – Comunicação Audiovisual do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 26 a 28 de maio de 2011.

² Mestrando do Curso de Comunicação e Linguagens da UTP, email: everton@furb.br.

³ Doutor em Comunicação. Professor do Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da FURB, email: clovis@furb.br.

⁴ Estudante de graduação do Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da FURB, email: felipe_hammes@yahoo.com.br.



- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, em conformidade com a legislação profissional vigente;

- Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, da forma mais acessível possível.

Segundo a lei, são competentes para executar os serviços de radiodifusão comunitária as fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos, desde que legalmente constituídas e devidamente registradas, com sede na área da comunidade para a qual pretendem prestar o serviço. A potência efetiva irradiada deve ser igual ou inferior a 25 watts e a cobertura restrita a um quilômetro de distância da antena transmissora.

Os princípios legais que devem nortear a programação das rádios comunitárias são:

- Preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

- Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade, e da integração dos membros da comunidade atendida;

- Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

- Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

Na lei, existe a proibição quanto ao proselitismo de qualquer natureza e a exigência de que as programações opinativa e informativa observem os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultânea em matérias polêmicas, divulgando sempre as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados. Da mesma forma, a lei assegura o direito do cidadão local de expressar-se na emissora. Qualquer pessoa que more no bairro tem o direito de emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação, bem como de manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações.

Finalmente, a legislação sobre a radiodifusão comunitária veda a veiculação de publicidade na programação. O patrocínio vem na forma de “apoio cultural”, podendo o locutor apenas mencionar o nome dos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida, sem qualquer referência a seus produtos ou serviços, não sendo permitida assim a divulgação de promoções, ofertas e preços.



Portanto, como se percebe, a principal característica da radiodifusão comunitária é a participação popular. Efetivamente, a presente pesquisa busca analisar as condições de trabalho nas emissoras estudadas, investigando seus sistemas de gestão e de produção de conteúdos e suas relações com a população local.

Justificativa

Peruzzo (2004) afirma que a comunicação popular não é um fenômeno recente. Entretanto, a produção científica a respeito do tema aparece de forma mais significativa nas décadas de 1970 e 1980. Segundo a autora, as pesquisas sobre a comunicação popular implicam uma análise acerca da dinâmica social na qual se insere e que lhe confere significados. Uma de suas características fundamentais é a questão participativa voltada para a mudança social. Essencialmente, é uma comunicação que tem a ver com “povo”, conceito que se presta a múltiplas interpretações, como “conjunto lutando contra algo e a favor de algo, com vistas ao interesse da maioria”. Nesse sentido, a comunicação popular, comunitária, participativa, dialógica ou horizontal teria uma conotação, libertadora, revolucionária, para a democratização dos meios comunicacionais e da sociedade.

As abordagens sobre comunicação popular historicamente se caracterizam pela fragmentação, explorando de forma isolada aspectos como o contexto da luta de classes, o conteúdo crítico-emancipador, a abertura para a expressão democrática e o protagonismo do povo enquanto classe subalterna.

A comunicação popular não se opõe, necessariamente, à comunicação massiva, segundo Peruzzo. As duas abordagens seriam complementares, pois estão mediatizadas pela cultura e, assim, não podem ser avaliadas como instrumentalizadas, onipotentes, isoladas nem opostas. Na prática cotidiana, o popular não se isola do massivo, pois a mídia está intimamente ligada às manifestações culturais.

De acordo com a autora, a comunicação popular envolve diferentes processos, formas, níveis e intensidades de participação nas mensagens, na produção de materiais, no planejamento e na gestão dos meios. O fundamental é a adoção de mecanismos e metodologias que assegurem a representatividade popular e a conseqüente democratização do poder de decisão.

Não obstante, a análise das práticas de comunicação popular aponta uma série de limitações em sua implementação, tais como: abrangência reduzida de alguns meios, a



inadequação dos meios às finalidades propostas, o uso restrito de alguns veículos, a pouca variedade temática, a falta de competência técnica, os conteúdos mal explorados, as ingerências políticas e a instrumentalização de suas atividades, a carência de recursos financeiros, a falta de continuidade e estrutura adequada, entre outras.

De fato, no caso da radiodifusão comunitária, Bahia (2006) afirma que alguns desafios são:

- A falta de capacitação de locutores e produtores;
- A reprodução do modelo de administração das emissoras comerciais, que acaba descaracterizando a natureza legal e conceitual das emissoras comunitárias;
- A ausência de participação direta e efetiva da comunidade nas quais as emissoras se inserem.

Nunes (2001) aponta outro problema: associações comunitárias seriam forjadas para justificar a concessão de canais comunitários, que acabam nas mãos de políticos e comerciantes, desviando o sentido da existência de tais emissoras. Peruzzo (1998) observa que muitas emissoras que se dizem comunitárias se caracterizam mais como microempresas. Além de venderem anúncios comerciais, empregam uma estrutura de funcionamento similar ao de qualquer empresa, têm donos, seu objetivo é o lucro e sua programação é semelhante à das emissoras comerciais.

Assim, sublinham Moraes e Bandeira (2009), quando indivíduos e instituições, por interesses políticos-eleitorais, financeiros ou religiosos se apropriam da radiodifusão comunitária com outras finalidades estão gerando uma distorção no seu uso. Tal condição gera a apropriação do espaço comunitário e a privatização da dimensão pública do que seria um espaço coletivo de articulação, organização e conscientização política das comunidades. (NUNES, 2006)

Em Santa Catarina, o Vale do Itajaí é uma região pioneira na área da Comunicação Social. Aqui se instalaram a primeira emissora de rádio (a Rádio Clube de Blumenau, em 1931), a primeira emissora de televisão (a TV Coligadas, em 1969) e o primeiro jornal “off-set” (o Jornal de Santa Catarina, em 1971). O primeiro curso superior de Publicidade e Propaganda do Estado nasceu em Blumenau, em 1990, e o primeiro curso de Jornalismo instalado no Interior surgiu em Itajaí, em 1991.

No âmbito da radiodifusão comunitária, entretanto, são incipientes os estudos que tenham como universo as emissoras do Médio Vale do Itajaí. Em concreto, se desconhecem informações sobre o número de emissoras, suas origens e vínculos,



relacionamento com as comunidades nas quais se inserem, entre outros aspectos. O presente estudo visa suprir tal lacuna.

Metodologia

Desde a perspectiva da metodologia científica, classifica-se o presente trabalho como uma pesquisa teórica (quanto à natureza), descritiva (quanto à tipologia ou seus objetivos) e qualitativa (quanto à abordagem no tratamento dos dados primários).

A pesquisa teórica, básica ou pura, de acordo com Barros e Lehfeld (1986), tem por finalidade o conhecimento e a compreensão de determinados fenômenos, enquanto a pesquisa aplicada contribui para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata de problemas encontrados na realidade. Cerro e Bervian (2002) acrescentam que na pesquisa teórica o pesquisador tem como meta o saber, buscando satisfazer uma necessidade intelectual pelo conhecimento. Por sua vez, na pesquisa aplicada o investigador é movido pela necessidade de buscar soluções para problemas concretos.

Por sua vez, a realização de um estudo de tipo descritivo permite observar, registrar, analisar, correlacionar fatos e fenômenos. Segundo Barros e Lehfeld (1986), nesse tipo de pesquisa, procura-se descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, característica, causas, relações e conexões com outros fenômenos. Outras formas de estudo são a pesquisa experimental e a pesquisa-ação. Na sua implementação, a presente pesquisa inclui a adoção dos seguintes procedimentos técnicos: revisão bibliográfica, análise documental e realização de entrevistas.

A população ou universo do presente trabalho são as emissoras comunitárias de rádio. A determinação da amostra ocorreu de forma não-probabilística, assim composta de forma intencional, posto que se trata de um estudo de caso. Em concreto, a amostra reuniu as emissoras comunitárias de rádio instaladas no Médio Vale do Itajaí, região do Estado de Santa Catarina que congrega os municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

Modelo de gestão

Nas emissoras de rádio comunitária do Médio Vale do Itajaí, cinco emissoras têm na figura do diretor ou presidente da rádio a mesma pessoa que lidera a entidade



representativa, acarretando assim uma sobreposição de funções. Apenas três emissoras de rádio comunitário analisadas possuem um presidente na rádio e outro na entidade representativa. A cidade de Gaspar também possui uma Rádio Comunitária com autorização de funcionamento, mas a mesma ainda não se encontra em atividade. Conforme Eudez Pavesi, a emissora recebeu a liberação do Ministério da Comunicação em outubro de 2010 e atualmente encontra-se em estado de licitação para a compra de equipamentos.

A Rádio Vila Nova, de Gaspar, é administrada pelos diretores da mantenedora da emissora. De acordo com Almir Sálvio (2010), é realizado um balanço semestral com pessoas ligadas a entidades representativas, entre eles, os membros do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis e do Sindicato dos Servidores Municipais de Gaspar, e membros da comunidade, a fim de prestar contas sobre o financiamento da emissora.

A Rádio Fortaleza FM, de Blumenau, tem um presidente diferente do presidente da associação de moradores, e conta ainda com um tesoureiro que trabalha de forma voluntária para auxiliar a gestão. A rádio ainda possui um Conselho de Administração ativo, formado por representantes da comunidade, colaboradores e representantes do Sindicato dos Bancários de Blumenau, parceiro da emissora. Este conselho é responsável por apresentar à comunidade um demonstrativo mensal de contas, bem como submeter as decisões que dizem respeito à gestão da rádio para a participação e opinião da comunidade.

A Rádio Trentina, localizada no município de Rodeio, possui como diretor Aristides Fronza, maior incentivador e fundador da emissora. Ele também lidera o Conselho Comunitário, o qual toma as principais decisões no que se refere à administração da rádio. A fim de auxiliar a gestão, a estação conta ainda com um funcionário contratado, responsável pelo setor financeiro.

Na Rádio Pérola FM, de Timbó, o coordenador da Rádio é também o presidente da associação mantenedora. A entidade engloba a equipe de trabalho da emissora e membros da comunidade, tomando as principais decisões de cunho administrativo em reuniões quinzenais.

Na Rádio Portal, de Pomerode, o diretor da associação de moradores é também o diretor da rádio. Esta associação, formada por membros da comunidade e representantes de entidades parceiras da emissora, participa ativamente das discussões que envolvem a rádio.



No caso da Ponte, de Indaial, o presidente da rádio se difere do presidente da Associação Comunitária e, assim como nas demais emissoras, existe um conselho formado por membros da comunidade e entidades parceiras, que leva a debate as decisões da rádio, assim como também confere o balanço semestral das atividades.

Na rádio Apiúna FM, de Apiúna, João Maba é atual o presidente da rádio, que possui ainda um tesoureiro. Este também lidera o Conselho de Administração, formado por pessoas da comunidade e colaboradores da rádio. A mesma situação ocorre na Rádio Cidade, de Gaspar, onde o presidente da rádio é também Presidente da Associação Mantenedora da Emissora.

Nota-se que todas as emissoras estão de acordo com o Art. 8º da Lei 9.612/1998, que instituiu o serviço de radiodifusão comunitária. Referido dispositivo estabelece que toda rádio deve possuir um Conselho Comunitário, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, além de participar ativamente das decisões administrativas. Porém, conforme as entrevistas, apenas as emissoras de Rádio Comunitário Fortaleza, Vila Nova, Trentina e Ponte conseguem um envolvimento constante e satisfatório da comunidade no que diz respeito ao interesse pela gestão da emissora. Nos outros casos, com menor envolvimento de pessoas da comunidade, a participação limita-se aos membros do Conselho Comunitário, existente nestes casos aparentemente apenas para atender a lei.

A principal receita das emissoras de rádio comunitária analisadas provém dos apoios culturais. Todas as rádios citaram tal mecanismo como principal fonte de verba para custear as suas despesas. Porém, como em alguns casos apenas o apoio cultural não é o suficiente para manter a emissora em funcionamento, as rádios procuram também outros meios, como parcerias com sindicatos, promoção de eventos e também rifas para incrementar a renda da rádio.

No caso da Rádio Fortaleza destaca-se o apoio recebido do Sindicato dos Bancários de Blumenau, o qual repassa uma verba mensal à emissora. Além desta parceria, a rádio conta ainda com doações da comunidade, rifas e a promoção de eventos como feijoadas. Segundo America Lopes (2010), a estação está preparando para o final do ano de 2010 o lançamento de um CD com músicas cantadas pelos colaboradores da rádio e músicos que se apresentaram no estúdio da emissora. A verba arrecadada será destinada ao custeio da emissora.

A Rádio Cidade, de Gaspar, também busca através de eventos arrecadar recursos para sanear as contas. Para o final de 2010, está preparando um baile, com a verba



arrecadada destinada à emissora. Assim como a Rádio Cidade, a Rádio Trentina de Rodeio e a Rádio Pérola FM, de Timbó, também já promoveram bailes e festas para incrementar as receitas.

Com o mesmo propósito, a Rádio Apiúna também organizou uma promoção com vendas de sanduíches na comunidade, enquanto a rádio Portal de Pomerode, conforme Goede (2010), promoveu duas rifas com apoio do comércio local, doando os brindes sorteados.

Na maioria dos casos, o dinheiro arrecadado com verbas oriundas de ações paralelas é utilizado na melhoria da estrutura técnica da rádio, principalmente para a compra, troca ou reforma de equipamentos.

No que se refere às despesas, o pagamento de funcionários aparece como a principal despesa citada pela Rádio Vila Nova. Já na Rádio Fortaleza, a maior conta a manutenção da estrutura, tanto na compra e reparo de equipamentos, quanto no pagamento de um profissional técnico para as atividades de assistência. Foi citado ainda o pagamento do salário de dois funcionários, além de energia elétrica, água e telefone.

A Rádio Cidade mencionou como maior despesa o pagamento de dois funcionários, além do aluguel do espaço físico. Somam-se ainda despesas com a manutenção do site, além de telefone, luz e água. A Rádio Trentina citou como principais despesas o pagamento de salários, já que são cinco funcionários registrados. Além disso, Gabriel Freud (2010) citou o alto valor dos impostos, além das contas de energia elétrica e telefone.

As Rádios Portal, Ponte e Pérola também citaram como principal despesa o pagamento dos funcionários. Para a Rádio Apiúna, a maior despesa se dá com a manutenção, tanto em equipamentos quanto no pagamento de um técnico. O salário de três funcionários, além de luz, água e telefone são outras despesas citadas.

Avaliando as principais dificuldades de administração das emissoras, percebe-se que cada uma delas possui suas singularidades, embora se nota que alguns aspectos são comuns tanto na implantação quando na atual administração das emissoras.

Para a Rádio Vila Nova, de Gaspar, a maior dificuldade enfrentada na implantação da emissora foram os quatro anos de processos até receber a outorga, além da pouca verba financeira para aquisição dos equipamentos necessários. Atualmente, como maior dificuldade foram apontadas as despesas fixas com o pagamento dos funcionários. Almir Sálvio (2010) queixou-se também da falta de apoio recebido do governo no que se refere a auxílio financeiro, além da burocracia nos documentos para



se obter a concessão. De igual forma, a Rádio Fortaleza citou como o maior obstáculo para a sua instalação a demora na outorga, que levou nove anos até ser concedida. Atualmente, o grande desafio é de ordem financeira.

Este desafio financeiro é o principal entrave citado pelas emissoras para a atual gestão. A Rádio Cidade, Rádio Trentina, Rádio Ponte, Rádio Portal citaram a pouca verba, seja para pagamento dos salários ou para capacitação de colaboradores e gastos técnicos, como principal desafio a ser encarado. No caso da Rádio Pérola, Brian (2010) cita como maior dificuldade a limitação sobre os apoios culturais, pelo fato de não poder ser anunciados valores e preços de produtos, além de ofertas e promoções, e também a própria baixa potência permitida de transmissão do sinal, o que, segundo ele, também retira apoiadores culturais da rádio. A Rádio Apiúna citou, além da dificuldade em conseguir apoios culturais, a falta de qualificação técnica dos funcionários.

No que tange a implantação das emissoras de rádio comunitária no Médio Vale do Itajaí, a busca pelas concessões e conseqüente legalização foi um processo árduo para todas as emissoras. As rádios Pérola e Apiúna afirmaram como principal dificuldade a demora em receberem outorga. A Rádio Ponte e a Rádio Portal queixaram-se também do pouco apoio recebido do governo para com a comunicação comunitária.

Ainda relacionada à outorga, a Rádio Trentina queixou-se da dificuldade e burocracia para conseguirem juntar todos os documentos necessários para entrarem com o pedido de concessão da emissora junto ao governo.

Já a Rádio Cidade, de Gaspar, também citou como grande dificuldade de implantação da emissora o recebimento da outorga, motivado pelo fato da rádio ter perdido para a rádio Vila Nova a licitação pública para ter o direito da emissora se instalar no centro da cidade de Gaspar, tendo que, assim, alterar o local da rádio para um bairro da cidade.

Equipe de trabalho

O número de pessoas envolvidas nas equipes de trabalho das emissoras de rádio pesquisadas se mostra variável. A Rádio Vila Nova, de Gaspar, e a Rádio Trentina, de Rodeio, apresentam um quadro de funcionários composto por cinco pessoas registradas. A Rádio Apiúna conta com três colaboradores registrados, mesmo número da Rádio Ponte, de Indaial, e da Rádio Comunitária Pomerode. A Rádio Comunitária Fortaleza,



de Blumenau, junto com a Rádio Cidade, de Gaspar, são as que apresentam o menor número de colaboradores registrados, sendo apenas dois em cada uma das emissoras. A Rádio Pérola, de Timbó, apresenta o maior número de colaboradores registrados, com sete pessoas no total.

A Rádio Trentina e a Rádio Pérola apresentam uma estrutura organizacional mais ampla, com colaboradores trabalhando unicamente na busca de apoio cultural e outros desempenhando a função de jornalista. A Rádio Trentina, por exemplo, possui sua equipe de trabalho dividida em setores, incluindo os setores comercial, jornalístico e financeiro. Porém, em ambas as emissoras, todo colaborador, sendo contratado ou voluntário, é o canal de ligação com a comunidade, recebendo e questionando a população local sobre a sua opinião quanto à programação e buscando apoios culturais para o custeio das despesas.

Os colaboradores com vínculo empregatício com a Rádio Fortaleza e Rádio Apiúna afirmaram não possuir nenhuma experiência anterior no trabalho em rádio, enquanto que todas as demais emissoras pesquisadas possuem ao menos um membro da equipe, este geralmente na função de locutor, com passagem por outros prefixos. Conforme Almir Sálvio, diretor da Rádio Vila Nova, esta vivência anterior é importante não apenas para se “ter uma maior qualidade na programação da rádio, mas também pela experiência e conhecimento que é repassado aos demais colaboradores ainda inexperientes”.

Além destes colaboradores registrados, é prática freqüente na grande maioria das emissoras a participação voluntária de pessoas da comunidade, sem vínculo empregatício e sem qualquer remuneração, geralmente na função de apresentador de programa elaborado por ele próprio.

Todas as emissoras pesquisadas afirmaram que estão disponíveis para que membros da comunidade apresentem programas de seu interesse. É comum também em todas as rádios o processo de discussão para se conseguir este espaço. O morador da comunidade que estiver interessado em ter um programa na emissora cria um projeto e apresenta a proposta para a diretoria da rádio. A iniciativa passa por avaliação e aprovação dos membros do conselho comunitário para que possa, caso aprovado, ir para ao ar.

Tais programas geralmente são veiculados aos sábados e domingos, dias em que a programação se difere dos dias da semana. Também nota-se a presença, embora em menor número, destes programas no período noturno durante os dias da semana.



Referida situação ocorre porque os colaboradores voluntários desempenham outras atividades profissionais, destinando parte de seu tempo livre para a rádio, buscando inclusive apoios culturais para o seu programa e para a rádio.

A realização da presente pesquisa também constatou a falta de conhecimento técnico e prático dos profissionais e colaboradores voluntários das emissoras de rádio comunitárias do Médio Vale do Itajaí. Todas dependem de terceiros para realizar a manutenção e reparo nos equipamentos em caso de problemas, ocasionando assim uma demora até que alguma dificuldade técnica seja resolvida.

A falta de capacitação também foi notada na análise da produção de *spots* de apoio cultural. Das oito emissoras em funcionamento, apenas a Rádio Cidade e a Rádio Fortaleza gravam e produzem os apoios culturais nas suas próprias dependências. As demais gravam os *spots* em estúdios terceirizados, gerando assim mais uma fonte de despesa. Vale ressaltar, ainda, que as emissoras afirmaram que faltam recursos financeiros para pagar cursos aos moradores que desejam integrar a equipe. Porém, são oferecidos treinamentos intensivos para que os colaboradores se familiarizem com os equipamentos.

Relacionamento com a comunidade

As Emissoras de Radiodifusão Comunitária cumprem um importante papel social nas comunidades em que estão inseridas. O simples fato de sua existência já demonstra a mobilização comunitária em torno do desejo de ter um canal pelo qual possam se manifestar e também serem ouvidos. Este meio oferece assim oportunidade a voz muitas vezes oprimida em outros meios de se expressar e divulgar o trabalho feito na comunidade. Desta forma, um dos principais papéis das rádios comunitárias é de transformar os indivíduos em cidadãos atuantes, mobilizados em lutar pelos seus direitos e ativos no dia a dia da localidade.

Elas buscam cumprir seu papel social de várias formas. Oportunizam artistas locais a divulgarem nestas emissoras seu talento, mobilizam os moradores a participarem da programação, dando a eles liberdade na geração de programas e conteúdos promovendo assim ainda o aprendizado radiofônico. Outra forma comum de inserção das rádios é a participação na organização e promoção de atividades e ações de relevância para a comunidade, simpatizando assim a população e melhorando o convívio entre rádio e cidadão.



Desta forma, a Rádio Pérola participa da organização da Campanha do Agasalho e do Natal Solidário, ambos projetos realizados no município de Timbó. Da mesma maneira, a rádio Trentina, de Pomerode, também participa da divulgação da Campanha do Agasalho e dos eventos promovidos na comunidade.

Já a Rádio Apiúna realiza a cobertura da Festa de Sant'Ana, padroeira da cidade de Timbó, e também de outra festa local, a Tangifest. Segundo entrevista, no momento ela não participa da organização de nenhum projeto social.

A Rádio Fortaleza transmite semanalmente ao vivo o Baile dos Idosos realizado no Salão Comunitário. A mesma emissora costuma participar ainda de desfiles cívicos, como no dia 7 de setembro e na data do aniversário do município de Blumenau. A Rádio Cidade e a Rádio Ponte, conforme Amilton Cunha (2010) buscam maior proximidade com a comunidade cobrindo eventos da associação de moradores, bem como de igrejas e escolas, enquanto a Rádio Portal também faz a cobertura de eventos da comunidade e auxilia na organização e promoção da campanha do agasalho, além de promover uma campanha de doação de sangue.

Os Projetos Sociais também fazem parte das ações de algumas emissoras comunitárias estudadas. A rádio Apiúna possui o Projeto “Por dentro das escolas”, de veiculação semanal, onde escolas, através de seus alunos e professores divulgam as atividades realizadas nas instituições de ensino. A Rádio Fortaleza é parceira da Universidade de Blumenau no Projeto Verter, o qual realiza oficinas de fotografias no bairro Fortaleza para jovens carentes. A emissora auxilia na divulgação do projeto e também motivando os jovens da comunidade a participarem das oficinas.

Prática comum para aproximar as emissoras de radiodifusão comunitária do Médio Vale do Itajaí para com a comunidade é o sorteio de prêmios e distribuição de brindes. As seguintes rádios citaram distribuir brindes (cd's, camisetas) e sortear ingressos de festas e prêmios: Rádio Pérola; Rádio Cidade; Rádio Apiúna; Rádio Fortaleza e Rádio Ponte. Como geralmente a pessoa contemplada retida seu prêmio na rádio, trata-se também de uma forma de trazer os moradores até a emissora, que algumas vezes possui sua estrutura física ainda desconhecida por muitos. Trata-se também de uma forma de motivar a participação da comunidade e conseqüentemente ter uma audiência maior. Segundo Priscila (2010), “após o início dos sorteios, a participação comunitária aumentou consideravelmente na emissora.”

As rádios também se caracterizam, ganhando confiança e credibilidade junto a comunidade, como prestadoras de serviço. Algumas emissoras oferecem serviços como



classificados (Rádio Cidade), achados e perdidos (Ponte FM), central de reclamações, buscando a resolução junto das autoridades competentes de problemas citados pelos ouvintes (Rádio Trentina), estreitando assim o relacionamento junto à comunidade.

Conforme as entrevistas realizadas, todas as rádios se mostraram satisfeitas com o retorno da comunidade. Nenhuma rádio queixou-se de pouco apoio, além de sentirem-se satisfeitos com a audiência diária.

Considerações finais

O presente estudo propôs analisar a realidade da radiodifusão comunitária na região do Médio Vale do Itajaí (SC), buscando descrever o modelo de gestão e de financiamento das emissoras; identificando suas equipes de trabalho; estudando a grade de programação e analisando o relacionamento das estações com as comunidades nas quais se inserem.

Com a realização deste trabalho comprovou-se que as rádios comunitárias enfrentam diversas dificuldades, tanto para sua implantação, quanto no âmbito da sua manutenção. Na implantação, as rádios enfrentam dificuldades até receberem a outorga, especialmente devido à demora na tramitação do processo e também pela burocracia para juntar toda a documentação necessária. No que tange à manutenção, os maiores problemas são de ordem financeira, por conta dos poucos recursos das rádios.

Entre os mecanismos de financiamento, notou-se que o apoio cultural é a principal fonte de verbas. Além do apoio cultural, as rádios buscam as mais variadas ações para incrementar suas receitas, com destaque para a realização de eventos. Quanto às despesas, o pagamento dos funcionários e o alto custo dos equipamentos e sua manutenção constituem os maiores gastos das rádios analisadas. Ainda no âmbito administrativo, constatou-se que cinco das oito rádios analisadas possuem em seu diretor também a figura do presidente da entidade representativa.

O estudo comprovou ainda a falta de capacitação técnica dentro do quadro de funcionários das emissoras, sendo que apenas um funcionário, no universo das oito rádios em atividade no Médio Vale do Itajaí, possui formação em Comunicação Social. Constatou-se também a fragilidade das rádios quando da ocorrência de algum problema técnico nos equipamentos, sendo que todas dependem de terceiros para o reparo dos aparelhos que garantem a transmissão.



O número de colaboradores nas rádios se mostrou variado, entre dois e cinco colaboradores registrados. Além deles, é expressivo o número de pessoas da comunidade que apresenta programas de seu interesse nas rádios analisadas. A única emissora que não apresentou esta característica foi a rádio Apiúna FM.

A presente pesquisa também constatou que, embora todas as rádios tenham um Conselho Comunitário, em apenas três delas (Fortaleza, Vila Nova e Trentina) tal fórum exerce forte atuação na gestão da rádio. Nos outros casos, o Conselho Comunitário figura como uma necessidade para contemplar a lei.

Com a realização do presente trabalho, comprovou-se também a falta de material de pesquisa em comunicação local, como também em comunicação comunitária no âmbito do Médio Vale do Itajaí. Como recomendação para uma futura pesquisa, sugere-se a extensão deste trabalho para o universo de todas as cidades e entidades de radiodifusão comunitária instaladas do grande Vale do Itajaí.

Referências

- ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações. **Radiodifusão FM Comunitária**. Disponível em: <http://anatel.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2008.
- BAHIA, L. Rádios comunitárias. In; MELO, J. M. (org.). **Mídia cidadã: Utopia brasileira**. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Umesp, 2006, p. 115-126.
- BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia: Um guia para a iniciação científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CUNHA, Amilton. Depoimento: Setembro, 2010. Entrevistador: Felipe Hammes. Blumenau: CCHC, 2010. Entrevista concedida ao projeto “A participação popular nas emissoras comunitárias de rádio instaladas nos municípios do Médio Vale do Itajaí/SC.”
- DA COSTA, Priscila. Depoimento: Agosto, 2010. Entrevistador: Felipe Hammes. Blumenau: CCHC, 2010. Entrevista concedida ao projeto “A participação popular nas emissoras comunitárias de rádio instaladas nos municípios do Médio Vale do Itajaí/SC.”
- DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2000.
- FREUT, Gabriel . Depoimento: Outubro, 2010. Entrevistador: Felipe Hammes. Blumenau: CCHC, 2010. Entrevista concedida ao projeto “A participação popular nas emissoras comunitárias de rádio instaladas nos municípios do Médio Vale do Itajaí/SC.”
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIRARDI, B.T.L.G. Depoimento: Setembro, 2010. Entrevistador: Felipe Hammes. Blumenau: CCHC, 2010. Entrevista concedida ao projeto “A participação popular nas emissoras comunitárias de rádio instaladas nos municípios do Médio Vale do Itajaí/SC.”



GOEDE, Manfredo. Depoimento: Setembro, 2010. Entrevistador: Felipe Hammes. Blumenau: CCHC, 2010. Entrevista concedida ao projeto “A participação popular nas emissoras comunitárias de rádio instaladas nos municípios do Médio Vale do Itajaí/SC.”

HEDLER, Eliana . Depoimento: Outubro, 2010. Entrevistador: Felipe Hammes. Blumenau: CCHC, 2010. Entrevista concedida ao projeto “A participação popular nas emissoras comunitárias de rádio instaladas nos municípios do Médio Vale do Itajaí/SC.”

LOPES, America. Depoimento: Agosto, 2010. Entrevistador: Felipe Hammes. Blumenau: CCHC, 2010. Entrevista concedida ao projeto “A participação popular nas emissoras comunitárias de rádio instaladas nos municípios do Médio Vale do Itajaí/SC.”

MORAES, A. T.; BANDEIRA, D. D. Rádios comunitárias de Aparecida de Goiânia: história, gestão e participação popular. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, v. 32, n. I, janeiro/junho 2009.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 269-279.

NUNES, M. V. Rádio comunitárias no Século XXI: Exercício da cidadania ou instrumentalização da participação popular? In: MOREIRA, S. V.; BIANCO, N. R. (orgs.) **Desafios do rádio no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intercom, 2001.

NUNES, M. V. As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: Exercício da cidadania ou instrumentalização? In: COGO, D.; MAIA, J. **Comunicação para a cidadania**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006, p. 127-140.

PERUZZO, C. M. K. Participação nas rádios comunitárias no Brasil. Biblioteca On-Line de Ciência da Comunicação. 1998. Disponível em www.bocc.ub.pt. Acesso em: 21 fev. 2007.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: A participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 2004.

REIS, C.; MARTINS, C. A publicidade veiculada nas emissoras de rádio de Blumenau nas décadas de 60 e 70. In: QUEIROZ, A (org.). **Propaganda, história e modernidade**. Piracicaba: Degaspari, 2005, p. 151-168

REIS, C.; PETERS, L. B. O papel das emissoras de rádio no desenvolvimento econômico de Blumenau (1960-1970). In: MACHADO, M. B.; QUEIROZ, A.; ARAÚJO, D. C. (org.). **História, memória e reflexões sobre a propaganda no Brasil**. Novo Hamburgo (RS): Feevale, 2008, p. 87-104.

REIS, C.; BAMBINETTI, G. Programas e profissionais das emissoras de rádio de Blumenau nos anos 60, 70 e 80. In: REIS, C. (Org.). **Realidade regional em comunicação**. Blumenau (SC): Edifurb, 2009, p. 76-92.

REIS, C.; PRADA, O. A história do rádio na microrregião de Itajaí. X Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul – INTERCOM SUL, 28 a 30 de maio de 2009, Blumenau (SC). **Comunicação, Educação e Cultura na Era Digital**. Blumenau (SC): FURB – Universidade Regional de Blumenau, 2009.

SALVIO, Almir. Depoimento: Setembro, 2010. Entrevistador: Felipe Hammes. Blumenau: CCHC, 2010. Entrevista concedida ao projeto “A participação popular nas emissoras comunitárias de rádio instaladas nos municípios do Médio Vale do Itajaí/SC.”